

AA 1
[Handwritten signature]

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO
ATA DA REUNIÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 01/2022**

-----Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

1.ª Secretária: Ana Raquel da Silva Costa Gil

2.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa

Paulo Jorge Lavadinho da Silva

Maria Manuela das Neves Zacarias Davide

André Jorge Neves da Luz

Luís Pedro Parreira da Silva

FALTAS JUSTIFICADAS:

Dinis Filipe Lourenço Loja

Catarina Marques Nobre de Sousa

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

Presidente: José Pedro do Nascimento Arsénio

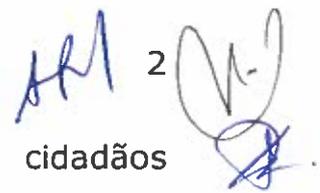
Secretária: Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

Tesoureiro: Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

-----Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 21h05 horas. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Presidente da Assembleia informa que os membros Dinis Filipe Lourenço Loja e Catarina Marques Nobre de Sousa enviaram as devidas justificações de falta a esta sessão que ficarão apenas à ata, sendo substituídos, de acordo com o n.º1 do artigo 41.º do

HM 2 

Regimento da Assembleia de Freguesia, pelos cidadãos imediatamente a seguir eleitos da lista, designadamente, Paulo Jorge Lavadinho da Silva e Maria Manuela das Neves Zacarias Davide.-----

Informa que serão cedidos aproximadamente vinte minutos para intervenção dos munícipes presentes. -----

-----O Sr. Miguel Mateus pede a palavra e informa que há cerca de dois ou três anos foi fechada uma rua junto à sua casa e que na altura estiveram presentes no local um vereador e alguns elementos da proteção civil a quem questionou o motivo do fecho da rua, tendo inclusive solicitado uma reunião com a Câmara pela qual aguarda até hoje. Por isso, vem aqui questionar como é que, em caso de haver necessidade, um carro dos bombeiros tem acesso à casa dos seus pais? Refere que ainda ontem aconteceu da sua mãe se sentir mal e a ambulância não conseguir chegar ao local porque a rua tem sempre carros estacionados que impossibilitam a passagem. Vem, neste sentido, expor a situação à Junta e irá também à Câmara, refere que em caso de incêndio é totalmente impossível o carro de bombeiros chegar ao local. Os proprietários do antigo armazém fecharam o acesso à rua de trás não com o intuito de fazer um jardim ou qualquer outra coisa, acabando por ser apenas um canto onde o lixo se vai acumulando. -----

----- O Presidente da Assembleia diz que já se tomou nota da situação e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta diz que a situação colocada se refere às ruas da Boavista, 1.º de Maio e Travessa Vasco da Gama, na rua da Boavista há um sinal de estacionamento proibido que veio substituir o anteriormente colocado que era de trânsito proibido e foi substituído para ficar com dois sentidos porque as pessoas não conseguiam chegar às suas casas. Diz que irá fazer as devidas diligências junto da Câmara no sentido de se colocar sinalização de estacionamento proibido em todas essas ruas e o cumprimento depois terá de ser a GNR a fiscalizar. O que foi fechado é terreno particular e está numa

AM 3

zona fora do perímetro urbano, tal como o local onde estão os contentores do lixo que também é terreno privado e fora do perímetro de urbanização e enquanto não houver uma revisão ao plano de urbanização não é possível fazer nada, é uma situação que está a ser acautelada, até por via da situação do acesso de ambulâncias. A proteção civil tem matéria para que se possa abrir a rua que vai desde a Junta de freguesia até à antiga ETAR e é aquilo que está planeado, mas tem muitas interferências ao nível do Parque Natural e daquilo que é o plano de ordenamento da orla costeira, mas está convicto de que alegando a questão do socorro e da proteção civil seja possível reverter essa situação. -----

----- O Sr. Miguel Mateus diz que a estrada que foi fechada já existia ali há muitos anos. -----

-----O Presidente da Junta confirma e diz que era utilizada há muitos anos e ali não se colocava a situação de ser um caminho vicinal, visto que o caminho passava num terreno privado urbanizável e as casas foram feitas praticamente no local onde passava esse caminho. Uma vez que a zona em frente à casa do munícipe está fora do perímetro urbano, a única coisa a fazer neste momento é proibir o estacionamento. -----

----- O Sr. Miguel Mateus diz que sendo assim resta esperar que nunca aconteça ali nenhuma situação mais grave. -----

----- O Tesoureiro da Junta diz que a única solução passaria pela colocação de pilaretes que impedissem o estacionamento, mas que permitissem a passagem de uma ambulância, refere ainda que é necessária a vinda mais frequente da GNR que raramente passa por Porto Covo. -----

----- O membro da assembleia Luís Pedro Silva pede a palavra e cumprimenta todos os presentes e diz que gostaria de fazer uma retrospectiva destes 6 meses com este Executivo e trazer novamente à discussão alguns pontos que foram aqui colocados para perceber o que foi feito, em que pontos estão e, ainda mais importante, quais os

AM 4

resultados. Dentro destes pontos refere o caminho do burrinho que possibilita o acesso às praias do Burrinho, da Foz e dos Canudos e dentro deste mesmo problema a questão da desanexação da ETAR e o acesso à mesma. Outro dos problemas conhecidos e que pensa ter sido exposto em Assembleia Municipal é a questão das casas de banho da extensão do parque escolar, também gostaria de trazer à discussão a situação que foi levantada na última Assembleia sobre o saneamento da baía e saber se já foi feito algo para resolver esse assunto; vem trazer novamente à discussão o abastecimento de água uma vez que este ano, segundo parece, vai ser um verão pós pandemia em que iremos ter uma maior afluência à nossa terra e questiona que soluções estão a ser encontradas ou se vamos novamente ter falta de um serviço tão básico como o abastecimento de água que mesmo em anos de pandemia não foi suficiente. Outro assunto é a delegação de competências do artigo 47 e da Quinta do Pessegueiro e finalmente o problema da iluminação que foi aqui colocado, relativamente a vários pontos da nossa aldeia, nomeadamente, à Rua Jacinto Fernandes Bandeira que vai até ao parque de campismo da Costa do Vizir e que por alguma razão que ficou por esclarecer foi esquecida, tendo apenas um ou dois dos postes de iluminação que não estão em risco de cair. Para finalizar, quer trazer à discussão o plano rodoviário e sinalização em Porto Covo que se encontra deficiente e em algumas zonas bastante confuso, com sinais não homologados e que mais uma vez, ao início de uma nova época balnear se encontra uma enorme confusão. Há ainda um outro ponto que já não se coloca nesta retrospectiva, mas que gostaria de ser esclarecido e que se refere à situação que ocorreu aquando da requalificação do estacionamento da Praia Grande uma vez que na altura foram requalificadas, e bem, uma parte das escadas de acesso à praia do espingardeiro, no entanto, houve uma sobra dessas pedras que nós sabemos serem de um valor superior e não as vimos colocadas em nenhum lugar, como no acesso à Praia

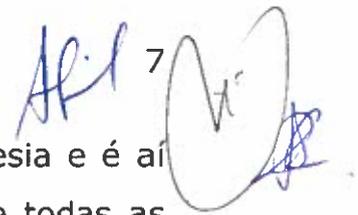
Pequena ou noutro tipo de aplicação, gostaria que fosse esclarecido em que modelo foi feito esse negócio, atribuído à firma Rui Candeias e para onde foram essas pedras porque por coincidência no passado mês de dezembro foi visto um monte dessas pedras num terreno pouco distante daqui a 5 ou 6 quilómetros da Sonega e que alegadamente poderiam ser essas pedras porque elas não nascem ali e são de um preço algo superior. -----

----- O Presidente da Junta pede compreensão em relação à questão do caminho do monte do burrinho porque se irá falar dela mais à frente. Relativamente à ETAR, informa que é uma questão municipal e que se encontra numa situação de desanexação do talhão de terreno e conseqüentemente efetivar a desanexação do equipamento da ETAR, esta não é uma situação relevante porque alegando aquilo que é a utilidade pública há lugar a expropriação se não houver entendimento portanto aí é uma situação pacífica, o equipamento está lá efetivamente necessita de requalificação e de ser aumentado, mas isso está contemplado no orçamento e nas Grandes Opções do Plano do município, tal como o abastecimento de água. Sobre a Baía, vem também à assembleia aquilo que é a questão da gestão e regulamentação da zona do porto de pesca, a questão do saneamento foi levantada numa reunião com o município e está a ser analisada, não podendo adiantar muito mais porque é um levantamento que está a ser feito. Há uma outra questão que se refere ao facto da Câmara não estar a colocar novos contadores de água nas garagens porque efetivamente são garagens e não habitação, o que e vai criar aqui um problema. Sobre a delegação de competências, como sabem foi implementada a nova lei e o município de Sines ainda não se manifestou sobre a atualização da delegação de competências, mantém-se tudo como estava e não sabemos em que ponto é que o município quer ou não reverter determinadas competências e sobre esta matéria já foi enviado um ofício a pedir a reunião no sentido de ser negociada a descentralização de

competências. Efetivamente, o artigo 47 e a Urbanização da Quinta do Pessegueiro, tal como a limpeza das bermas das estradas principais estão em cima da mesa, no entanto, pode ser do entendimento do município não as descentralizar, uma vez que eles entendem que existem competências próprias da freguesia e aquilo que foi falado na primeira reunião que houve, é que o município entende que o que o governo descentraliza diretamente nas freguesias tem de ser financiado pelo fundo de financiamento das freguesias (FFF), mas o nosso entendimento é que não, porque eles baseiam-se apenas num artigo da lei e temos que ler a lei por inteiro e na sua plenitude, e o que a lei diz é que as transferências ocorrem dos municípios para as freguesias acompanhados dos respetivos recursos sejam eles financeiros, materiais e Humanos e é isso que nós queremos, aceitar as competências desde que devidamente acompanhadas com os recursos, de modo a que nos seja possível desempenha-las de uma forma que sirva efetivamente os interesses da população. Posso desde já dizer que o protocolo de descentralização de competências não é atualizado desde 2015, embora digam que o valor que a Junta recebe é muito, não conhecem aquilo que é a gestão e aquilo que é a complexidade da delegação de competências da Junta de freguesia, nomeadamente do mercado municipal e refere que aqui à volta não há nenhuma Junta de freguesia com o encargo de um mercado municipal que tenha sistema de frios como o de Porto Covo porque as pessoas deslocam-se ao mercado para vender os seus produtos recolhendo-os no fim do dia, voltando a coloca-los nas bancas no dia seguinte, os nossos frios estão muito degradados e desgastados porque são tão velhos como o mercado que foi construído em 1989. O mercado municipal não está dentro daquilo que são as competências próprias da freguesia, mas sim naquilo que é descentralizado pelo município para a freguesia, depois existe a outra parte que é o protocolo de descentralização e se refere àquilo que o município, de sua livre e espontânea vontade,

entende delegar das suas competências próprias na freguesia e é aí que se inclui o mercado municipal, o pavilhão multiusos e todas as outras coisas que constam neste protocolo. Como disse, desde 2015 que o protocolo não é revisto, havia o valor que já se recebia da Câmara sendo depois incluídas as calçadas, o pavilhão multiusos, as escolas, ao nível das pequenas reparações e envolventes, e tudo com o mesmo dinheiro que se recebia e porquê? Apenas para contextualizar a Junta de freguesia recebia cerca de 37.000,00€ por mês, depois houve um acordo com o município, na altura em troca de um voto favorável do Presidente da Junta de freguesia no mandato de 2005/2009, no sentido de alienar o mercado municipal de Sines para uma grande superfície e o Presidente da Junta da altura reivindicou 125.000,00€ que seriam para a construção do armazém que hoje temos na Junta de freguesia. No mandato seguinte, a partir de março de 2011, esse dinheiro começou a vir em duodécimos e recebeu-se 12.500,00€ mensais durante 10 meses, no 11.º mês eu era o Tesoureiro da Junta e informei a Câmara de que já tinha sido recebido dinheiro a mais e a responderam que esse dinheiro era o que seria merecido e o que ficaríamos a receber, de 2011 até 2015 aquele dinheiro foi recebido a mais para satisfazer aquilo que eram as competências da freguesia, acompanhando os aumentos da inflação. Em 2015 quando o executivo tomou posse foram celebrados o acordo de execução e o contrato interadministrativo obrigatórios por lei e que anteriormente não existiam porque apenas se celebrava o protocolo de delegação de competências e passou assim a haver separação tendo em conta aquilo que eram competências diretas da freguesia e o que eram as delegadas pelo município para a freguesia. Para justificar essa verba extra, foram entregues as calçadas, o multiusos e as pequenas reparações das escolas como foi dito anteriormente o que não está muito bem explícito e toda a gente sabe que o protocolo é omissivo em muitas matérias e que é necessário ser revisto, refere ainda que desde 2015 até hoje, nunca

AP 7

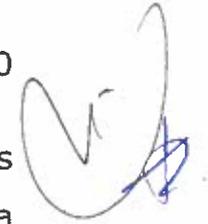


APC 8

existiu uma atualização, e se fosse consoante a inflação a Junta já deveria estar a receber mais 30.000,00€ e considerando aquilo que são os aumentos dos encargos com pessoal que são merecidos e não se coloca isso em causa, neste momento, a nível do que é o orçamento, a Junta receberia mais 130.000,00€ por ano. Foi reduzido valor naquilo que era a despesa variável, aquilo que são os investimentos, aquilo que são apoios a coletividades, aquilo que são os melhoramentos ao nível das infra-estruturas e equipamentos e foi alocado àquilo que é a despesa fixa de recursos humanos, portanto há aqui uma perda muito significativa daquilo que é a capacidade de resposta da Junta de freguesia, situação que se está a tentar reverter. Iremos em breve festejar o 25 de Abril e uma das coisas que ganhámos foi a autonomia das autarquias, mas aqui ainda não há autonomia porque as Juntas de freguesias dependem diretamente daquilo que é a boa vontade do Presidente da Câmara e da Câmara Municipal, podemos chamar à razão e fazer vincar aquilo que é a nossa opinião, mas o que é certo é que são eles que têm a última palavra. A delegação de competências que é para passar a ser feita é diferente porque visa estimular a autonomia no sentido da receita, aquilo que é para alocar às competências fica retido pela Dgal que entrega à Junta de freguesia sem passar pelo município o que faz todo o sentido para criar a dita autonomia das freguesias que não devem estar dependentes daquilo que é a vontade dos Presidentes de câmaras, sejam eles de que partidos forem. -----
-----Sobre o abastecimento de água, é do conhecimento de todos que o serviço público de abastecimento de água é deficitário porque foi construído para uma determinada área habitacional e para uma determinada população, ao longo do tempo a aldeia tem crescido e ao nível das infra-estruturas não houve alteração, temos uma conduta que abastece o Porto Covo que é reduzida de 240 para 120 no burrinho e aquilo que está perspectivado e que consta nas Grandes Opções do Plano e no orçamento do município para 2022 é a

construção do depósito da água na Terça Parte, porque o problema não é a falta de água, mas sim a falta de capacidade de armazenamento, o consumo de água tem picos ao longo do dia e o problema é que o depósito da água não é suficiente para armazenar e bombear para a Caniceira por exemplo e que vai abastecer os Foros da Pouca Farinha, Colmeia, Fonte Mouro, Cabeça da Cabra, outra situação é que a expansão da rede de abastecimento público de água é impossível ser feita porque não há capacidade de bombagem e perante estes dois problemas há um trabalho a ser feito que passa pela construção do depósito na Terça Parte, para abastecer toda a zona norte da freguesia e a zona da parte de cima do depósito da água, nomeadamente a Urbanização do Pessegueiro, a Charnequinha e toda aquela zona, deixando de haver sobrecarga do depósito já existente. Este assunto tem sido reivindicado na Assembleia Municipal porque não queremos que no próximo Verão sejamos abastecidos pelos carros dos bombeiros como tem acontecido. -----

Relativamente à iluminação pública, há uns anos atrás o reporte das avarias à EDP era feito pela Junta, mas neste momento existe uma aplicação na qual o pedido é reportado e no qual a Junta tem igual ou menos peso do que o de um munícipe porque a pessoa tem que justificar que mora naquela rua, identificando no mapa o candeeiro exato que está apagado ou a funcionar mal. Sobre os candeeiros danificados, o que tem sido feito é tirar uma fotografia e enviar para a Câmara Municipal a pedir a sua substituição e se repararem alguns dos postes em cimento já estão a ser substituídos apesar de não ser com a celeridade que gostaríamos. Sobre a Rua Jacinto Fernandes Bandeira também já foi reportado. Informa que o concurso para o plano viário e sinalização do município de Sines já está em andamento. Relativamente à questão das pedras foi referida a firma Rui Candeias, mas quem fez o trabalho foi a Cajormic Lda. Sobre o destino que foi dado às pedras não sei dizer, não passou pela Junta de freguesia, essa questão terá que ser feita à Câmara Municipal ou à

AL 

Sociedade POLIS, o que foi aproveitado para a praia dos buizinhos estava dentro daquilo que foi a intervenção da POLIS e mesmo que a junta quisesse utilizar um material idêntico ao que foi utilizado não o pode fazer, aliás todas as escadas de acesso às várias praias foram feitas em cimento e sempre que fazemos reparações corremos o risco de ser autuados e/ou de um processo-crime por isso há sempre receio quando se faz alguma reparação. -----

-----O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que a sua questão não era sobre serem aplicadas em escadas de praias, mas sim o facto das referidas pedras serem caras e terem sido pagas por todos nós e alegadamente não se saber o caminho delas, mas se não há resposta para esta pergunta irá fazê-la à Câmara ou a quem de direito. -----

----- O Presidente da Junta diz que responde sobre aquilo que sabe e quando acha que deve responder, mas sobre aquilo que não sabe não pode dar uma resposta até porque essa intervenção foi feita anteriormente ao início deste mandato. -----

----- O membro da assembleia André Luz cumprimenta todos os presentes e refere que ao ouvir o Luís Pedro Silva na questão da retrospectiva destes primeiros seis meses de mandato e as respostas dadas dá para perceber que houve aqui uma relação de trabalho e compromisso entre todos, são importantes as respostas às questões colocadas por nós e pela população e isso é de salutar. Começa por pedir que o Executivo, na pessoa do Presidente da Junta, manifeste o descontentamento sobre a questão de uma indústria que era para ter vindo para Sines e que iria um pouco de encontro aquilo que a nossa equipa "entrar na onda" e "Porto Covo a Nossa Bandeira" defende, uma vez que temos um programa muito futurista, muito "fora da caixa" que vai no sentido das energias verdes e a favor do ambiente e ficámos a saber esta semana que uma dessas industrias já não vem para Sines, mas sim para Setúbal. Contactámos o consórcio de uma grande empresa portuguesa e uma das razões que nos fizeram



chegar é que o município de Sines, ao qual nós pertencemos e não nos podemos separar, embora queiramos que Porto Covo seja essencialmente turismo, não nos podemos esquecer que pertencemos a Sines, e Sines é indústria! E uma das razões apontadas foi que a população de Porto Covo não teria condições de receber estas pessoas devido ao aumento do preço das rendas das casas e também da inexistência de formação técnica para eventuais necessidades técnicas, por tudo isso seria importante a Junta de Freguesia fazer esta ressalva na Assembleia Municipal se assim o entender, nós consideramos que é de todo um assunto muito importante. Na retrospectiva dos seis meses de mandato feita pelo Luís Pedro há um assunto que não foi respondido que foi a questão da escola e pretende saber como é que está o assunto. -----

-----O Presidente da Junta responde que as casas de banho da escola estão todas em funcionamento e foi informado ontem que os autoclismos foram todos substituídos, a escola foi construída em 2013 e até agora não fizeram a ligação definitiva da água que será feita em breve, se repararem já foram cortadas as palmeiras junto à obra que está parada ao lado da escola e vai ser pedido à caixa agrícola para colocar o tapume na obra e ser aberta uma vala para fazer a ligação definitiva porque causa um grande constrangimento e entupimento e sendo a nossa água extremamente calcária a Junta está constantemente a mudar torneiras e a fazer reparações nas escolas relacionadas com esse problema. -----

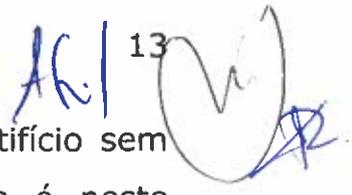
-----O membro da assembleia André Luz diz que, mais uma vez, é de salutar o facto de o Presidente ter apresentado o assunto junto da Câmara Municipal e ter sido encontrada uma solução. Para não colocarmos sempre aqui problemas, há também que olhar para a frente e para o futuro e para o que podemos fazer de melhor. Diz estar muito satisfeito com as iniciativas que têm sido feitas para a dinamização da aldeia e que potencializam todo o turismo e neste sentido quer manifestar aquela que é a opinião sobre o que poderão

AP 2



ser, ou não, as Festas de Verão da nossa terra, o Verão está aí e questiona o que já está previsto. O covid parece que vai dar tréguas brevemente e pretende saber o que está previsto e qual o local onde se irão realizar as festas, no espaço entre o mercado e o novo centro de dia ou vão passar para outro lado. Gostaríamos neste sentido de manifestar o nosso interesse no processo criativo e no que for necessário para tornar as festas de Porto Covo mais e melhores e sugerir que se tentasse obter um patrocínio junto das empresas de Sines. Fazia parte do nosso programa eleitoral trazer artistas e até podem ser menos, mas que sejam pessoas que efetivamente digam algo a Porto Covo o que será mais interessante. Outra questão é saber se a Coletiva Social ainda tem esse nome e nesse caso quero apresentar aqui uma proposta. -----

----- O Presidente da Junta informa que as iniciativas foram desenvolvidas pela associação "A Gralha" com o apoio da Junta e aproveita para deixar uma mensagem de congratulação à nova direção pela forma como têm encarado o papel da associação, não só no serviço que prestam aos idosos e à população em geral, mas também por aquilo que em colaboração com a Junta de Freguesia tem sido possível desenvolver, até porque, efetivamente, as coletividades têm muito esta importância, retirar da Junta de freguesia tanta responsabilidade nessa matéria e aproveitar essas iniciativas para angariarem fundos para a sua atividade e é isso que tem sido feito e muito bem conseguido. Ainda não foi falada a questão das festas que eram desenvolvidas no espaço por cima do mercado, no entanto, quer alertar que neste momento a Junta não tem capacidade para fazer festas nos mesmo moldes que se estavam a fazer porque os artistas são muito caros e a logística a nível de palcos, de geradores e tudo aquilo que é necessário é extremamente dispendiosa. Nós não podemos dar mais importância às festas do que à manutenção de caminhos, de jardins e há que haver um equilíbrio naquilo que é o serviço da Junta de freguesia porque muitas das

AG/ 13 

vezes gasta-se 10.000,00€ em 15 minutos de fogo-de-artifício sem que haja uma aplicabilidade efetiva daquele dinheiro e é neste sentido que nós temos que fazer uma avaliação criteriosa, sim senhor é realmente muito bonito ter fogo-de-artifício e chamar pessoas a Porto Covo pelo espectáculo, mas para a população qual é a aplicabilidade daqueles 10.000,00€? É importante que se faça esta análise porque é dinheiro público e que deve ser aplicado no benefício de todos e não apenas em festas e beberetes, no entanto, não podemos com esta justificação dizer que não vamos fazer festas. Vamos cumprir com aquilo que são as tradições, como tem sido feito até agora, designadamente o mastro de São João e as festas de Agosto que irão acontecer naturalmente, mas num modelo totalmente diferente do que tem tido ultimamente, num modelo mais intimista no Largo Marquês de Pombal, até porque as festas em Honra de Nossa Senhora da Soledade devem ser celebradas no coração da aldeia e não de modo quase acampamento. Se até as músicas do mundo acontecem no Largo acho plausível que as festas de Agosto aconteçam também no local, apesar de haver sempre uma condicionante que são as instalações sanitárias e isso tem de ser acautelado. Sobre a questão dos apoios das empresas de Sines, habitualmente a Junta recebia, não sabe se ultimamente se manteve, uma verba de 10.000,00€ da Petrogal para apoio às festas. Relativamente ao nome da Coletiva Social é efetivamente o que se dá aquelas sete casas, se são habitação social ou não, não se sabe uma vez que elas nem sequer estão registadas. -----

----- O Membro da Assembleia André Luz, explica que a questão levantada sobre o nome da coletiva social era precisamente para saber se já teria o nome de alguma pessoa de Porto Covo e não existindo gostaria de sugerir um nome que acha interessante uma vez que as terras são as suas pessoas. -----

-----O Presidente da Junta diz que está lá uma placa com o nome "coletiva social" e que a Junta não pode discutir toponímica, mas que

ALA¹⁴ 

pode propor nomes, o Presidente da Junta tem assento sem direito a voto na comissão toponímica da área do município, ou seja, faz as propostas mas não tem direito a voto, no entanto, terá todo o gosto em tomar nota da proposta apresentada para levar à reunião. -----

----- O Membro da Assembleia André Luz, diz que pretende homenagear uma pessoa que infelizmente já não está entre nós que é o Carlos Pinto, mais conhecido pelo "calinas" deixando assim de ser largo da coletiva social para ser largo Carlos Pinto. O Carlos foi uma pessoa da terra com uma personalidade muito distinta e que apesar das suas dificuldades sempre ajudou nomeadamente o Clube desportivo de Porto covo e merece essa homenagem. -----

----- O Presidente da Junta diz que não vê porque não se fazer essa alteração de qualquer forma há que ter em consideração que cada vez que há uma mudança de nomes de ruas implica que os moradores tenham que fazer essa alteração junto de várias entidades, por isso não é de ânimo leve que se faz essa alteração, mas até pode ser um nome a considerar atribuir a uma nova rua. ----

----- O membro da assembleia Luís Pedro Silva acrescenta que esta proposta também poderia ser para o Pavilhão Multiusos, uma vez que o Carlos sempre esteve ligado ao desporto, mas de facto não era do seu gosto pessoal a existência do pavilhão por vários fatores que ele considerava, daí a proposta ter sido direcionada para o largo da coletiva social. -----

----- Após o encerramento deste período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia dá início à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1º PONTO: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o primeiro ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

2º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO I TRIMESTRE DE 2022 -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta diz que o relatório é o resumo daquilo que foi a atividade da Junta de freguesia nestes três meses e começando pelas aquisições diversas aquilo que foram os investimentos mais representativos referem-se à manutenção de máquinas e equipamentos que absorveram grande parte daquilo que é o investimento; fizeram-se as passadeiras à entrada de Porto covo; foi adquirido o forro para o armazém da Junta no sentido de proceder à arrumação e identificação daquilo que existe ou não. De referir também os melhoramentos que foram feitos na casa do velório com a pintura do edifício, como a colocação do telhado e algerozes, e também com a abertura da janelas para maior ventilação do espaço, que cheirava a mofo. Foi feita revisão dos equipamentos e só para terem noção a niveladora não trabalhava há um ano e meio, os tratores precisavam de revisão também desde essa altura, não devemos desbaratar aquilo que são os equipamentos e os recursos da Junta e como tal há que fazer a sua manutenção. Devido à antiguidade da niveladora foi difícil encontrar as peças de substituição que eram necessárias, mas conseguiu-se porque a peça foi feita à medida para a caixa de direção. Foram adquiridos alguns sinais de trânsito proibido para colocar no Largo Marquês de Pombal; sinais de estacionamento proibido que vão ainda ser substituídos e ainda duas lombas para serem colocadas na rua Conde Bandeira. Foram adquiridas tintas e bases para os contentores RSU que estão a ser colocadas nas zonas rurais. Procedeu-se à aquisição de pneus e foi instalado um sistema de GPS para todas as viaturas no sentido de perceber qual é a rota que fazem e fazer a gestão da frota. Adquiriu-se um revitalizador de relvado para ser aplicado no espaço em frente à cantina e centro de dia que está cheio de manchas porque a relva apodreceu devido a uma praga, mas que não resultou. Deu-se início à implementação do balcão do cidadão que está dentro das

AM

16

competências descentralizadas diretamente do Estado para as freguesias e que permite que as pessoas tenham acesso à grande parte dos serviços, desde centro de emprego, conservatória, registo civil para renovação do cartão de cidadão que apesar de já se poder fazer online, temos que perceber que população que servimos é maioritariamente idosa e que não tem acesso a essa facilidade. Realizou-se uma formação de Direito das freguesias e outra para um serviço que iremos prestar às pessoas que necessitem de apoio na elaboração da declaração de IRS. -----

Relativamente aos apoios, continuamos a atribuir à associação "A Galha" o valor mensal de 750€ e o combustível mensal consumido pela associação. O pavilhão multiuso foi cedido várias entidades e têm tido bastante mais atividade do que aquelas que o período de pandemia possibilitou. Refere ainda a aquisição de suportes para as pautas das aulas de música tradicional portuguesa. Relativamente à comemoração do dia da mulher não foi ainda realizada nos moldes anteriores à pandemia com o tradicional lanche, mas foi decidido proporcionar às funcionárias da Junta de Freguesia um almoço convívio e foram adquiridas 200 flores para distribuir pelas mulheres da freguesia. -----

Ao nível dos trabalhos desenvolvidos pelos serviços exteriores está em curso a reparação do circuito de manutenção e substituição das estações que se encontravam danificadas, estamos à espera de chegarem as argolas para colocar na estação da Samouqueira que é a mais danificada. Têm sido feitas várias reparações na casa da coletiva social que está livre e estamos aguardar a colocação das janelas para depois se proceder à atribuição daquela casa. -----

Quanto à colocação das placas com os limites da freguesia falta apenas ser colocada uma na Sonega. Em relação às escolas falta apenas a aquisição das redes que dividem os espaços de recreio e as das balizas. -----

3º PONTO: APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO/2021: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o terceiro ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta refere que grande parte do relatório de gestão já é do conhecimento de todos uma vez que foi aprovado até ao dia oito de Outubro e a diferença foi apresentada no relatório trimestral apresentado em dezembro de 2021. Se houver alguma questão mais técnica está presente a D. Delfina que poderá responder. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca este ponto à aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria com cinco votos a favor dos eleitos do PS e duas abstenções dos eleitos da coligação PSD-CDS/PP. -----

4º PONTO: APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DE 2022: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o 4.º ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta informa que esta primeira revisão ao orçamento é para incluir o saldo da gerência do ano anterior e como podem verificar houve transição de um saldo positivo no valor de 68.436,07€. Esclarece ainda que a rubrica 020225 – “outros serviços” foi reforçada em 25.000,00€ que se refere a prestação de serviços quer ao nível da limpeza, manutenção de caminhos e jardins e tudo aquilo que houver necessidade da Junta contratar ao nível da prestação de serviços, tinha uma dotação inicial de 2.000,00€ e passou a ter dotação de 27.000,00€. A rubrica 07010307 – “outros” que tinha uma dotação inicial de 3.000,00€ passou a ter de 13.000,00€ é para a manutenção dos armazéns e cacifos de pesca e das instalações sanitárias. A rubrica 07010602 tinha uma dotação de 5.000,00€ e passa a ter de 10.000,00€ e refere-se à reparação de máquinas e viaturas.

A.O. 18
[Handwritten signature]

Nestas rubricas poderia não ser perceptível onde os valores seriam aplicados mas assim ficam já elucidados da sua aplicação. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca este ponto à aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria com cinco votos a favor dos eleitos do PS, e duas abstenções dos eleitos da coligação PSD-CDS/PP. -----

5º PONTO: APROVAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO PPI DE 2022: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o 5.º ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta informa que no PPI está indicado o que referiu anteriormente mas por item, onde refere o que foi aumentado em termos de dotação, e explica que a manutenção das habitações da coletiva social foi reforçada em 2.000,00€, passando a ter uma dotação de 5.000,00€; a manutenção dos cacifos passa de 1.000,00€ para 3.000,00€; a reparação dos sanitários públicos passa de 1.000,00€ para 3.000,00€ e esclarece que aqui refere todos os sanitários públicos, mas que a intervenção que pretendem fazer é no edifício da docapesca e nas casas de banho dos armazéns de pesca e que estes tinham uma dotação de 1.000,00€ que passa para 7.000,00€; o circuito de manutenção passa de 1.500,00€ para 3.500,00€; a reparação dos caminhos rurais passa de 5.000,00€ para 7.000,00€; a sinalização de passadeiras de 8.300,00€ para 9.300,00€ e as grandes reparações e aquisição de máquinas e viaturas passa de 5.000,00€ para 10.000,00€. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o 5.º ponto que é aprovado por maioria com 5 votos a favor dos eleitos do PS e duas abstenções dos eleitos da coligação PSD-CDS/PP. -----

6º PONTO: DIVULGAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO: --

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o 6.º ponto e cede a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta diz que há bens que têm de ser anulados mas há um procedimento que temos que adotar para fazer a anulação daquilo que é o património, tem de haver identificação da parte dos serviços de que o equipamento já não existe e posteriormente tem de ser deliberado em reunião de Junta, para se proceder ao respetivo abate mesmos. -----

7.º PONTO: APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o 7.º ponto e cede a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta informa que a proposta será para contratar três assistentes operacionais uma vez que o quadro de pessoal passou de 26 pessoas para 23 e informa que não vai haver um aumento do quadro de pessoal uma vez que iremos desta forma proceder à substituição de algumas pessoas que vão sair e que vão continuar a figurar no mapa de pessoal nomeadamente a Cristina Sobralinho que pediu licença sem vencimento por um ano, mas pode ser por mais e há necessidade de a substituir, e a Sara do Ó que passa para o município. Destas 23 pessoas, duas estão de baixa prolongada, nomeadamente a Isabel que está hospitalizada devido a acidente de viação, o Francisco que é doente oncológico e que dificilmente voltará a exercer funções. De referir que efetivamente no fim neste mandato e início do próximo vamos reformular o quadro de pessoal o que irá criar algumas condicionantes, a falta de pessoal era amenizada pelos trabalhadores dos CEI's que vinham através do Centro de Emprego, mas que ultimamente não têm vindo, pode ser sinal de que existe uma taxa de desemprego mais reduzida, mas causa alguns constrangimentos aos serviços uma vez que essas pessoas contribuíam bastante, principalmente na época balnear, na manutenção da limpeza, jardins e na atividade geral desenvolvida pela Junta. Informa que iniciando agora o procedimento só depois do

verão é que as pessoas estarão a trabalhar e nessa altura possivelmente já o funcionário Custódio Laranjeira estará reformado.

-----O Presidente da Assembleia coloca à aprovação o 7.º ponto que é aprovado por unanimidade. -----

8.º PONTO: APROVAÇÃO DO PROTOCOLO COM A APA PARA CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS ARRECADAÇÕES DE PESCA NO PORTINHO DE PORTO COVO. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o 8.º ponto e cede a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----Presidente da Junta refere que esta é uma questão falada há muitos anos e que efetivamente constituía um problema, era um daqueles assuntos em que a Junta levava por tabela sem ter responsabilidade nenhuma, nomeadamente em relação à gestão dos armazéns de pesca que foram construídos pelo Parque Natural em 2000/2001 que entretanto deixou de ter responsabilidade no domínio público marítimo o que inclui estas infra-estruturas, que passaram para a Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Foi necessário fazer o caminho de reunir com a Capitania, com o Parque Natural e finalmente com a APA que muito prontamente acedeu a fazer a descentralização da gestão e manutenção dos cacifos e armazéns de pesca, o nosso objetivo é regulamentar, é normalizar e fazer cumprir aquilo que são os fundamentos daqueles equipamentos, uma vez que a Junta era acusada de não cobrar rendas, mas a Junta de freguesia não podia fazer essa cobrança, nem pode exigir a saída de quem não paga, porque não é a detentora do equipamento. Existia uma comissão administrativa composta por três pescadores, pela Câmara municipal, pela Junta de freguesia e pelo Parque Natural e pela APA, o problema era que nos estatutos constava que tinham que estar todos presentes para haver deliberação. Esta proposta vem dar à Junta plenos poderes para fazer a gestão dos cacifos e dos armazéns e depois da aprovação deste protocolo será feito um

Alf²¹

regulamento para ambos os equipamentos e isto era algo que se esperava há vinte anos. -----

-----O membro da assembleia André Luz refere que este é um instrumento de trabalho muito importante e deve ser aplicada aquela máxima do "cumpra-se isto"! Ter em conta a existência de um regulamento e que a finalidade destes equipamentos deve ser a de armazenar artigos de pesca de quem desenvolva uma atividade de pesca artesanal ou desportiva e isso deve ser cumprido bem como o pagamento das respetivas taxas. Refere que consideram este protocolo uma mais-valia, até porque estamos a falar de uma das zonas mais nobres da aldeia e alguns destes espaços têm sido utilizados para fins que não lhe dão a devida dignidade.-----

----- O Presidente da Junta informa para além de se ter conseguido este acordo, já têm a colaboração da Capitania para a remoção de barcos velhos com a identificação dos proprietários dos mesmos e assim obter a devida autorização para a sua remoção, a ideia é precisamente dar outra dignidade aquele espaço. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca à aprovação o 8.º ponto que é aprovado por unanimidade. -----

-----O Presidente da Junta solicita a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos o qual é aprovado pela Assembleia. O ponto refere-se ao reconhecimento pela assembleia do caminho vicinal do burrinho. -----

9.º PONTO: PEDIDO DE RECONHECIMENTO PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, DO CAMINHO DO BURRINHO COMO VICINAL DE USO DIRETO E IMEMORIAL-----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o 9.º ponto e cede a palavra à Secretária da Junta que lê o documento em análise.

-----O Presidente da Junta refere que há uma grande complexidade em relação ao que é caminho vicinal, caminho municipal e o que é da

22

responsabilidade da freguesia ou da municipal, se este caminho estivesse identificado como caminho municipal era da responsabilidade do município, no entanto, a Câmara Municipal a única coisa que tem em termos de cadastro são os caminhos que estão alcatroados, neste sentido aquele caminho é vicinal, no entanto, em 1993 saiu uma lei que dizia que as Junta de freguesia tinham que fazer o registo do seu património, ao nível dos caminhos e confrontações através de levantamentos topográficos, o que não foi feito por nenhuma Junta de freguesia. O que importa aqui, e que é necessário é que a Assembleia de Freguesia, enquanto órgão deliberativo, reconheça que efetivamente, aquele caminho é vicinal e imemorial. Após consulta ao advogado que dá acessória à Junta fomos dito que os caminhos vicinais não comportam veículos motorizados, mas a Lei diz que um caminho vicinal, cuja origem do nome é "caminho de vizinhança", não é um caminho pedonal. Aquela é um caminho agrícola utilizado desde sempre e em 1945 é normal que existissem poucos veículos motorizados, a Lei é omissa em muitas matérias e o legislador foi deixando perder o nome vicinal e acabou por chamar a todos caminhos públicos, só que dentro destes há os caminhos municipais e os vicinais, o que coloca grandes constrangimentos ao nível de um processo em tribunal. No entendimento do nosso advogado o caminho é da responsabilidade da Câmara e no do entendimento da Câmara o caminho é da responsabilidade da Junta e aquilo que queremos é "chamar" a nós a responsabilidade para podermos avançar na questão da reposição do caminho. Informa ainda que questionou o Parque Natural e foi-lhe dito que as estruturas construídas no caminho carecem de autorização, mas que a mesma não foi solicitada pelo proprietário, estando dessa forma ilegais. Estamos a aguardar comunicação do Parque Natural com essa informação e iremos ainda pedir um parecer técnico jurídico à CCDR. A Junta podia colocar uma máquina no terreno e abrir o que está fechado mas iríamos assumir uma

23
[Handwritten initials and signature]

responsabilidade civil e criminal ficando o Executivo prejudicado e enquanto entidade pública temos que proceder sempre de forma legal. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca à aprovação o 9.º ponto que é aprovado por unanimidade. -----

-----Perante a necessidade de aprovação dos pontos em minuta para que os mesmos tenham efeitos legais imediatos, a primeira secretária da assembleia lê as respetivas minutas que são aprovadas por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h45 horas, do dia 21 Abril do ano de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia,

[Handwritten signature]
A 1.ª Secretária,

[Handwritten signature]
A 2.ª Secretária,

[Handwritten signature]



Handwritten initials and a signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

4. Aprovação da 1.ª revisão ao orçamento da receita e da despesa de 2022, nos termos da alínea a) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	
Contra		
Abstenção		2

Resultado:

4. Foi aprovada a 1.ª revisão ao orçamento da receita e da despesa de 2022, nos termos da alínea a) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro, por maioria.

O Presidente:

Luís Fulgencio Pereira

1.ª Secretária:

Ana Raquel Costa

2.ª Secretária:

Faustina



ALP
Vr

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

3. Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão/2021, nos termos da alínea b) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro e nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Porto Covo.

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	
Contra		
Abstenção		2

Resultado:

Os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão/2021 foram aprovados por maioria

O Presidente:

Luís António Gonçalves

1.ª Secretária:

Luís António Gonçalves

2.ª Secretária:

Luís António Gonçalves



AM
V

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

4. Aprovação da 1.ª revisão ao orçamento da receita e da despesa de 2022, nos termos da alínea a) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	
Contra		
Abstenção		2

Resultado:

4. Os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão/2021 foram aprovados por maioria.

O Presidente:

1.ª Secretária:

2.ª Secretária:

[Handwritten signatures]



AM
M

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

5. Aprovação da primeira revisão ao PPI de 2022, nos termos da alínea a) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	
Contra		
Abstenção		2

Resultado:

5. A Primeira revisão ao PPI de 2022, nos termos da alínea a) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro foi aprovada por: Maioria

O Presidente:

[Handwritten signature]

1.ª Secretária:

[Handwritten signature]

2.ª Secretária:

[Handwritten signature]



APM

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

6. Divulgação do Inventário do Património, nos termos da alínea b) do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 2 do artigo 11.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Porto Covo.

Resultado:

6. Foi apreciado o Inventário do Património, nos termos da alínea b) do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 2 do artigo 11.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Porto Covo.

O Presidente:

Vigilante Ferreira

1.ª Secretária:

A. A. Regal Costa

2.ª Secretária:

Fausto



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

7. Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal, nos termos da alínea *m*) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	2
Contra		
Abstenção		

Resultado:

7. Foi Aprovada a alteração ao Mapa de Pessoal, nos termos da alínea *m*) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro por: unanimidade

O Presidente:

1.ª Secretária:

2.ª Secretária:

Handwritten signatures of the President and Secretaries on lines.



A.F.H.
u

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

1. Análise e aprovação da Ata da reunião anterior

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	2
Contra		
Abstenção		

Resultado:

1. A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade

O Presidente:

Luís Paulo Fernandes

1.ª Secretária:

Ana Raquel Costa

2.ª Secretária:

Francisco



Handwritten initials 'AF' and a circled 'V' in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

2. Análise da atividade da Junta no I Trimestre de 2022, nos termos da alínea e) do artigo 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Resultado:

2. Foi apreciada a atividade da Junta no I Trimestre de 2022, nos termos da alínea e) do artigo 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

O Presidente:

Luís Paulo Fernandes Faria

1.ª Secretária:

Ar. Raquel Costa

2.ª Secretária:

Fernando Pereira



Handwritten initials and a large mark in the top right corner.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

8. Aprovação da proposta de Protocolo com a APA para cedência de utilização das arrecadações de pesca no portinho de Porto Covo, nos termos da alínea i) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	2
Contra		
Abstenção		

Resultado:

8. Foi Aprovada a proposta de Protocolo com a APA para cedência de utilização das arrecadações de pesca no portinho de Porto Covo, nos termos da alínea i) do artigo 9.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro por unanimidade

O Presidente: *Luís Paulo Ferreira Pires*
1.ª Secretária: *Luís Manuel Costa Lel*
2.ª Secretária: *Luís Pires*



AF
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 21/04/2022

ORDEM DO DIA

9. Reconhecimento do caminho vicinal do Monte do Burrinho, como imemorável e de utilidade pública

Votação:	PS	PSD/CDS-PP
A Favor	5	2
Contra		
Abstenção		

Resultado:

9. Foi reconhecido o caminho vicinal do Monte do Burrinho, como imemorável e de utilidade pública por unanimidade

O Presidente: *[Handwritten signature]*

1.ª Secretária: *[Handwritten signature]*

2.ª Secretária: *[Handwritten signature]*